

DINÂMICA GRUPAL E INDIVÍDUO NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRIVILÉGIOS NA FAMÍLIA

Arakcy Martins Rodrigues

Da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Documento apresentado à VI Reunião do Grupo de Trabalho sobre Processo de Reprodução de População da Comissão de População e Desenvolvimento da CLACSO – Teresópolis, abril de 1980.

Este trabalho utiliza dados de diversas pesquisas empíricas realizadas pela autora com o financiamento do Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

RESUMO

A autora reflete sobre o uso do conceito de família como unidade de análise. Argumenta que as pesquisas sobre esse tema só avançaram a partir do momento em que se adotou a visão da família como um grupo, com dinâmica e especificidade próprias. Nesse tipo de investigação, porém, o indivíduo enquanto tal corre o risco de ficar anulado, daí a proposta do artigo de recuperar o indivíduo e colocar em discussão a dimensão política presente na interação dos indivíduos dentro de cada família.

SUMMARY

The author argues that research on the family improved only when this unit was seen as a group, with its own dynamics and peculiarities. However this kind of perspective risk to neutralize the presence of the individual. The article attempts to recapture inside the family and discusses the political dimension in the interaction of individuals inside each family.

A escolha da família como unidade de análise tem levado, em diversos estudos empíricos, à possibilidade de se apreender um "trabalho" conjunto da família, voltado para a sobrevivência e a reprodução. Esse tipo de investigação revela que o produto final das estratégias da família tomada como um todo, suas adaptações às mudanças externas e aos estágios do ciclo de vida familiar obedecem a padrões razoavelmente nítidos em famílias inseridas num determinado segmento social ou, mais genericamente, às diversas classes sociais.

Por ter se revelado muito rico e produtivo, esse procedimento tem sido escolhido por um crescente número de pesquisadores em ciências sociais durante os últimos anos. Entretanto, vários problemas continuam em aberto e têm sido objeto das discussões mais recentes.

Acreditamos que uma visão retrospectiva dos caminhos que percorremos possa esclarecer algumas dimensões dos problemas que ainda temos que enfrentar.

Em primeiro lugar, a maneira de referir a unidade familiar a conjuntos sociais mais amplos apresenta dificuldades novas em relação ao estudo dos indivíduos que compõem os grupos sociais. As primeiras tentativas nesse

sentido estavam ainda envolvidas com as variáveis relevantes nos estudos tradicionais que tinham o indivíduo como unidade amostral. Assim, envidamos esforços para classificar segundo a inserção dos seus membros na força de trabalho. A caracterização etária e sexual dos indivíduos pertencentes às unidades familiares foram igualmente objeto da procura das determinações sociais e psico-sociais que governam a dinâmica familiar. A tentativa de vincular o trabalho feminino a uma determinada idade da mulher e a uma conjuntura favorável em relação à reprodução esteve entre os objetivos de diversas pesquisas.

Até onde temos notícia, esse tipo de busca revelou-se bastante improdutivo, lançando mais confusão do que luz sobre a compreensão da dinâmica familiar. Estudos qualitativos vieram chamar a atenção sobre outro tipo de variáveis. O conceito de chefe de família teve que ser revisto. Num trabalho de 1978 (Rodrigues, 1978), propúnhamos a substituição desse conceito pelo questionamento mais pertinente sobre qual a parte da família que cuida de outra parte nos diversos estágios da vida familiar. Ainda nesse mesmo trabalho, colocamos a impossibilidade de se pensar a idade ou o sexo dos filhos como categorias em si, tentando mostrar como uma filha primogênita de doze anos de idade terá encargos que não incidirão sobre uma filha caçula quando esta vier a atingir a mesma idade. A possibilidade do trabalho feminino fora do lar revelou-se muito mais referida a outro tipo de variável, como, por exemplo, o sexo do primeiro filho, já que as meninas de certa idade podem ser investidas na tarefa de cuidar dos irmãos menores, ou a presença de uma mulher mais idosa (mãe ou sogra) no domicílio e, em algumas ocasiões mais raras, até mesmo a de um homem idoso ou doente. Essa pessoa não substitui, de fato, a dona de casa, isto é, não realiza todo o trabalho que cabe a esta. Limita-se, geralmente, a "olhar a casa", "olhar as crianças", "pôr o feijão no fogo", etc. Os trabalhos mais árduos, como encerrar a casa, lavar a roupa, temperar a "mistura", continuam constituindo a segunda jornada de trabalho da mulher que entra para a força de trabalho.

Esse enfoque permitiu não só uma melhor compreensão da família como a possibilidade de referir as diferentes estratégias observadas ao segmento social ao qual o grupo familiar pertence e à classe social onde se inscreve cada grupo social. Num trabalho mais recente (Rodrigues, 1980), traçamos as primeiras comparações entre um grupo de operários e outro de funcionários públicos de baixa renda. Embora reste ainda muito por fazer nessa direção, foi possível relacionar as "famílias" diferentes que encontramos nos dois grupos, a especificidade da distribuição dos papéis entre seus membros, as metas diversas perseguidas através de estratégias diferentes, as determinações mais amplas, à história do grupo, às trajetórias sociais, etc.

Elizabeth Jelin (1978) chama a atenção para o que existe por detrás das regularidades objetivas observadas quando se estuda em termos de variáveis individuais o trabalho extradoméstico da mulher. Conclui Jelin que a disponibilidade da mulher para trabalhar fora do lar relaciona-se às suas responsabilidades dentro do lar (medidas pela idade e estado civil) e por seu potencial de ganhos

(medido pela educação). Assim, sair ou não para trabalhar remuneradamente obedece a um cálculo, muitas vezes deliberado e totalmente explicitado pelos agentes, produto da mesma matriz lógica que é, em última análise, a lógica da maximização dos recursos. Ora, nesses termos, torna-se impossível continuar tratando dicotomicamente trabalho produtivo e trabalho improdutivo. "Está fora de discussão que, na atualidade, o trabalho doméstico desempenha um papel vital na manutenção e reprodução da força de trabalho e, portanto, deve ser levado em conta quando se analisa o conjunto total da produção social."

A partir daí, novas revisões em conceitos usualmente utilizados tornam-se imprescindíveis; novos pares de opostos desfazem-se, como a dicotomia atividade-inatividade.

Acreditamos que, neste momento, uma reflexão sobre a transição efetuada, de um tipo de estudo para outro, pode ser de grande ajuda para a eliminação de alguns impasses e para o prosseguimento dos estudos sobre a família. Pensamos que a passagem de um tratamento quantitativo, de dados agregados, para uma investigação de tipo qualitativo, não é o principal fator diferenciativo entre os estudos mais antigos e os mais recentes. Tampouco a utilização de histórias de vida nos parece, em si mesma, decisiva. Estamos certos de que o verdadeiro marco foi a passagem para uma visão da família como um todo. De fato, todas as transposições que se tentou estabelecer das variáveis relevantes utilizadas nos estudos em que a unidade de análise eram os indivíduos revelaram-se pouco férteis nas pesquisas sobre a família. Ao contrário, julgamos que as investigações nas quais se procurou ver os indivíduos e suas características em função de sua posição relativa dentro do grupo familiar levaram à eleição de novas variáveis e à revisão de todo um conjunto de estereótipos correntes relativos à família.

Ao explicitarmos a utilização de um enfoque de grupo, podemos lançar mão de modelos teóricos já desenvolvidos em algumas disciplinas das ciências humanas e iniciar uma trajetória mais propícia a novas descobertas e a uma melhor sistematização do nosso próprio modelo. Referimo-nos principalmente aos estudos sobre pequenos grupos. Utilizaremos o modelo de Kurt Lewin tal como foi posteriormente incorporado à teoria psicanalítica.

No que diz respeito à família, estamos diante de um "comportamento grupal" com suas leis e dinâmica próprias, dificilmente apreendidas a partir do somatório dos indivíduos que a compõem. Nesse modelo teórico, o grupo se define como uma "pluridade de pessoas que num determinado momento estabelecem uma interação precisa e sistemática entre si. Isto significa que, em todo agrupamento psicológico, as pessoas se conhecem e se identificam" (Grinberg et alii, 1959). O critério de uma interação relativamente intensa é básico na formação dos grupos psicológicos. Alguns psicólogos sociais acrescentam a esse, outro critério importante. Definem grupo como a "unidade que consiste num número plural de organismos (agentes) que possuem uma percepção coletiva de sua unidade e que tem o poder de atuar, ou já estão atuando, de modo unitário frente ao ambien-

te" (Smith, apud Grinberg, 1959). Mais recentemente, outros autores têm deslocado a ênfase anteriormente atribuída aos pressupostos de conhecimento mútuo, interação interna e percepção coletiva de seu destino comum por parte dos membros do grupo para o pressuposto do conhecimento da fronteira que separa o grupo de tudo aquilo que o cerca, permitindo uma identificação em termos de "nós" e "eles".

No caso do grupo familiar, todos os critérios e pressupostos imprescindíveis para a aplicação de comportamento grupal estão presentes *a fortiori*.

Seria impossível, no âmbito deste trabalho, tentar uma revisão, ainda que muito breve, das teorias de grupo. Entretanto, cumpre ressaltar alguns aspectos muito gerais que regem o comportamento grupal:

a) As fronteiras individuais se esmaecem (ou chegam a se anular) em função da fronteira do grupo. O contexto grupal determina o comportamento dos indivíduos nele envolvidos. Essa proposição opõe-se ao suposto de que o grupo é formado pela soma dos comportamentos individuais. Ao contrário, a determinação atua no sentido inverso: as necessidades e fantasias do grupo determinam os "papéis" que os indivíduos virão a assumir. O "trabalho" racional, deliberado e consciente estará voltado para a satisfação das necessidades grupais enquanto tal. Igualmente, os mecanismos de defesa inconscientes estão voltados para o alívio das ansiedades do grupo. A integração deve ser mantida a nível do grupo, que estará envolvido numa tarefa básica de sobrevivência. Toda a dinâmica que se processa normalmente dentro de um indivíduo estará presente no grupo, mas cada "parte" da personalidade será representada por um indivíduo ou por um subgrupo. A integração de dimensões freqüentemente muito diferentes, e muitas vezes contraditórias entre si, deve organizar-se em torno de um núcleo integrador, que constitui em cada momento a tarefa prioritária do grupo. Como diz Winnicott: "A estrutura da família obedece, em grande parte, às tendências à organização existentes na personalidade individual" (Winnicott, 1967).

b) O esmaecimento das fronteiras individuais em favor da fronteira grupal implica necessariamente um "entrelaçamento" entre as personalidades presentes; os mecanismos pelos quais esse processo se efetiva são principalmente os de projeção e introjeção, ambos inconscientes.

c) O grupo é uma entidade que adquire um sistema de crenças e de tradições (por mais breve que tenha sido a "vida grupal") que configuram sua ideologia.

d) Todo grupo cria um sistema de papéis. Assim, cada um de seus membros, ou de seus subgrupos, "representa" algo. Mais uma vez, isso ocorre tanto no "grupo de trabalho" como no "grupo de suposto básico" (Bion, 1963). Em outras palavras, existe uma complementação e uma divisão de tarefas a nível do trabalho a ser realizado pelo grupo e uma distribuição de "papéis" e aspectos inconscientes.

e) Existe uma fantasia inconsciente básica do grupo. As expectativas, necessidades e crenças irracionais do grupo em relação a cada papel e ao conjunto de papéis, à luz da dinâmica em que são atribuídos e vividos, revelam o conteúdo específico da fantasia inconsciente básica do grupo. Uma vez compreendida essa unidade temática, os papéis e também os mecanismos de defesa do grupo podem ser vistos com maior clareza. Bion utiliza o conceito de "suposto básico", com o qual designa uma crença emocional da qual participam todos os membros do grupo e que leva seus membros a viverem um determinado tipo de fantasias e desejos, isto é, designa uma fantasia coletiva e unitária subjacente. Cada suposto básico provoca a emergência de um determinado tipo de líder. Três tipos de supostos básicos (as situações emocionais mais típicas do grupo) são distinguidos por Bion: de *dependência*, que geralmente se apresenta no início da vida grupal: o grupo depende, apóia-se em seu líder e o idealiza; de *ataque e fuga*, que comumente se segue ao de dependência: o grupo agride ou se defende de um perseguidor, situado dentro ou fora do grupo, e o líder assume traços de caudilho; o de *emparelhamento*, onde o grupo tende a centrar-se em torno de um par, o qual envolve num clima emocional de expectativa e de esperança messiânicas.

Ao estudar a família neurótica a partir dessa linha teórica, Ackerman (1969) aponta a necessidade de obtermos respostas explícitas às seguintes perguntas:

1) Quais são as funções e atividades da vida familiar, isto é, qual é o "trabalho" do grupo familiar?

2) Como se leva a cabo o trabalho da família? Como opera a família e com que finalidade?

3) Como se integram e se equilibram suas múltiplas funções?

4) Quais são os critérios por meio dos quais podemos diferenciar o padrão de organização da família, seus papéis, liderança e divisão do trabalho, seu clima emocional, seu padrão de comunicação, a forma de participação nas necessidades e satisfações?

5) Como poderíamos definir a complementariedade das relações de papel da família?

6) Como consideramos a circularidade de influências entre a vida interna da família e a adaptação externa da família à comunidade mais ampla?

7) Como concebemos a circularidade de influência entre a família nuclear e a família extensa, entre uma geração e outra?

8) Qual é o nosso conceito da história natural da família, seus estágios de crescimento e desenvolvimento? Qual a influência da família sobre o indivíduo e a do indivíduo sobre a família em cada estágio?

Tentaremos, a seguir, considerar as questões acima concentrando a discussão especialmente sobre o problema do indivíduo.

Os pesquisadores que têm escolhido a família como unidade de análise encontraram relativa facilidade para correlacionar uma estratégia global da família, seu "trabalho conjunto", ou um "produto final", às suas condições sociais. De modo geral, têm conseguido incluir as relações entre a família nuclear e a família extensa na definição de diferentes estratégias de sobrevivência e repro-

dução. Muito freqüentemente, concluem que o produto final do trabalho familiar constitui uma maximização dos recursos disponíveis que apresenta um caráter harmônico e adequado ao meio que circunda o grupo familiar. Entretanto, o indivíduo, enquanto tal, parece ficar definitivamente perdido nesse tipo de investigação¹.

De fato, as colocações sobre "comportamento grupal" conduzem facilmente à conclusão de que as satisfações das necessidades individuais, o trabalho voltado para seus próprios interesses, e mesmo as fantasias inconscientes de cada membro, não encontram espaço dentro da família.

Essa posição encontra acolhida entre alguns autores, como Cooper, certamente o mais radical entre os que conhecemos. No seu *Morte da Família*, Cooper (1974) entende o funcionamento social da família como um dispositivo da ideologia de toda sociedade em que há "exploração" (escravista, feudal, burguesa). A autodenominada "família feliz", a unidade familiar burguesa, constituiria um secreto pacto suicida. A estrutura interna da família, de diversas maneiras, bloqueia o encontro entre seus membros e exige de cada um deles uma oferenda de sacrifício que não aplaca a ninguém nem a nada a não ser essa abstração sumamente ativa.

Nenhuma das potentes abstrações, que inventamos para substituir os deuses, seria mais poderosamente destrutiva do que a família. Sua força residiria em sua função de intermediação social. Em qualquer "sociedade de exploração", a família reforçaria o poder efetivo da classe governante, proporcionando, para todas as instituições sociais, uma forma paradigmática facilmente controlável. Por isso encontramos a forma da família replicada nas estruturas sociais da fábrica, do sindicato, da escola, da universidade, da grande empresa, da igreja, dos partidos políticos e do aparelho governamental, das forças armadas e dos hospitais, gerais e psiquiátricos.

A família assumiria como obrigação social o dever de filtrar obscuramente a maior parte da nossa experiência e esvaziar nossos atos de toda espontaneidade generosa e genuína. Um dos mecanismos mais importantes pelos quais essa anulação do indivíduo se processa reside na proibição implícita de o indivíduo experienciar sua própria solidão no mundo. Ele é parte de algo, gravita em torno do eixo de funcionamento do grupo. A família consideraria um de seus membros como "normal" sempre que ele não estivesse

se centrado em torno de si mesmo mas sim em torno do eixo grupal. Contrariamente, serão considerados "excêntricos" todos os que estejam centrados em torno de si mesmos. Os indivíduos estariam mais mortos do que os mortos e só poderiam alcançar uma "vida" se conseguissem romper a teia das relações familiares.

No nosso entender, Cooper vai longe demais e trabalha com conceitos demasiadamente genéricos. Não discrimina entre os membros da família nem entre os grupos sociais que estão em jogo. Não estabelece igualmente diferenças entre os diversos tipos de "sociedade de exploração". Sua visão da família como decorrência imediata da exploração a nível social não leva em conta os fatores que fundamentam e tornam necessário o agrupamento familiar. Torna-se um pouco difícil aceitar que uma "abstração potente" possa determinar agrupamentos familiares, ou algo muito semelhante, em quase todas as sociedades humanas conhecidas.

Outras propostas teóricas parecem trazer contribuições mais fecundas ao nosso propósito de entender a dinâmica da família enquanto mediação entre o nível individual e o social, de modo a esclarecer melhor o que temos encontrado empiricamente.

Segundo Bion, todo grupo se reúne para realizar uma tarefa. Todo grupo é um "grupo de trabalho", embora seja, ao mesmo tempo, um "grupo de supostos básicos" (fantasias inconscientes). Esse autor atribui grande força ao grupo de trabalho, "cujo profundo interesse na realidade o leva a empregar os métodos da ciência, embora de forma rudimentar. Uma das coisas mais notáveis de um grupo é que, apesar da influência do suposto básico, a longo prazo triunfa o grupo de trabalho" (Bion, 1963). Ademais, o grupo especializado de trabalho tem como função manejar o suposto básico de maneira que não prejudique o grupo de trabalho. A luta do indivíduo para manter suas características distintivas apresenta traços diferentes, de acordo com o estado mental do grupo num momento dado. A particularidade individual não é parte da vida de um grupo que atua sobre supostos básicos. A organização e a estrutura são armas do grupo de trabalho. Só quando um grupo começa a operar de acordo com o suposto básico surgem as dificuldades. A ação significa inevitavelmente contacto com a realidade. O contacto com a realidade reclama consideração pela verdade e, conseqüentemente, impõe um método científico e exige a constituição de um grupo de trabalho.

Em termos da proposição inicial deste trabalho, a estratégia de maximização dos recursos disponíveis parece ser, na família, o resultado das ações organizadas do grupo de trabalho. O grupo de suposto básico é uma manifestação de ansiedades muito profundas e regredidas, de tipo psicótico, que invadem o grupo. Os mecanismos mais regredidos são os esquizo-paranóides, isto é, os mecanismos de divisão (dissociação) de aspectos parciais e de intenso jogo de projeções e introjeções de tais objetos parciais.

O grau de dificuldade encontrada na realização da tarefa imposta para o grupo de trabalho pode ocasionar a regressão do grupo, levando-o à dominância

¹ Durante o debate de alguns trabalhos apresentados no seminário do subgrupo "Participação Feminina no Mercado de Trabalho" da CLACSO (Montevéu, dezembro de 1979), essa questão foi colocada várias vezes. Enfatizou-se o cuidado que devia ser tomado para evitar-se uma generalização, uma vez que a maximização lograda pela família como um todo não significa a maximização a nível individual; ao contrário, como salientou E. Jelin, ela se dá muito freqüentemente às custas da maximização para alguns membros da família e da minimização para outros.

do grupo de suposto básico, que implica a paralisação ou desintegração do grupo.

Dado que o grupo de trabalho está em contacto com a realidade e utiliza métodos científicos na perseguição de seus objetivos, falar do grau de dificuldade da tarefa coloca em jogo a situação objetiva das probabilidades sociais de levar a bom termo esse desempenho. Ackerman (1969) indaga acerca do "custo emocional e social, o preço em sofrimento, colapso e enfermidade mental, que a família contemporânea deve pagar em sua luta desesperada para adaptar-se a uma sociedade em crise". Nas situações de vida extremamente difíceis, como são as das classes baixas hoje, e como provavelmente foram as de toda humanidade durante os períodos que Marcuse define como os que se passaram sob o "reino da necessidade", os mecanismos mais regredidos ameaçam mais de perto e permanentemente o grupo familiar. Isso talvez explique em parte a razão pela qual encontramos a noção e mesmo a reivindicação de um "destino individual" em certos momentos da história e em certas camadas da população. Como vimos acima, a particularidade individual não é parte da vida de um grupo que atua sob o domínio do suposto básico.

Poderíamos acrescentar a esse, outros fatores que contribuem para a sobrecarga emocional das famílias das classes baixas, como o desenraizamento e os sentimentos de estigmatização e ilegitimidade que levam a um isolamento social muito grande. Assim, as relações familiares condensam todos os conteúdos emocionais, freqüentemente muito regredidos, transformando-se o "lar" em palco onde todas as tragédias se atualizam. Paralelamente, as condições extremamente difíceis de sobrevivência absorvem ao limite as dimensões racionais e organizadas da mente, que regem as ações deliberadas e esse "comportamento científico" de que nos fala Bion. Os níveis de angústia presentes na situação têm o efeito de empobrecer muito essas dimensões. No seu estudo sobre uma instituição onde o *stress* atingira níveis muito elevados, Izabel Menzies (1970) mostra como indivíduos que compunham os subgrupos investidos das projeções das partes menos desejáveis (incompetência, irresponsabilidade, etc.) desenvolviam tanta ansiedade e experimentavam regressões tão profundas que terminavam por sofrer uma diminuição em todas as "capacidades do Ego" que presidem as ações racionais e deliberadas sobre o mundo.

Estamos, portanto, colocando em caráter hipotético a possibilidade de existir uma maior anulação do indivíduo, enquanto tal, nos agrupamentos submetidos a uma crise permanente. Não tivemos a oportunidade de pesquisar outros agrupamentos sociais ligados a classes mais privilegiadas. Os trabalhos de Ackerman (1969), Laing, Cooper (1974) e, no Brasil, de Tânia Salém (1980), indicam a existência de constelações emocionais dotadas de altos níveis de ansiedade, incluindo razoável despersonalização dos indivíduos envolvidos em outras camadas sociais. Entretanto, quer nos parecer que nas classes baixas encontramos uma luta travada entre a vida e a morte, dadas

as condições extremamente difíceis de sobrevivência, aliada ao desconhecimento dos mecanismos sociais que engendram as características do meio ambiente com o qual a família têm que se relacionar, imprimindo a todas as vivências uma tensão quase intolerável.

Como recuperar o indivíduo dentro desse marco que privilegia o comportamento grupal da família é a questão que se nos coloca. Concluir que existem anulações maiores ou menores do indivíduo na dinâmica que esboçamos acima é dizer muito pouco. Gostaríamos de tentar um passo no sentido da compreensão da especificidade desses processos e de referi-los à dinâmica social mais ampla. Mais ainda, de colocar a discussão da dimensão política presente na interação dos indivíduos dentro de uma família.

Se todos os pesquisadores que se ocuparam da família concordam com a existência de estratégias de sobrevivência e reprodução típicas de cada grupo ou classe social, isto significa que a articulação interna da família é função do tipo de interação que ela desenvolve com o meio ambiente e de sua visão do mundo. A distribuição de papéis, tanto para a composição do grupo de trabalho como para o do suposto básico é a maneira pela qual uma estratégia particular se viabiliza.

É generalizada, no modelo de explicação psicanalítica dos grupos, a idéia de que os diversos papéis são atribuídos àquelas personalidades presentes no grupo que sejam mais "propícias" ao desempenho de cada um deles. Assumir essa proposição levaria à impossibilidade teórica de se compreender uma dinâmica mais geral dos tipos de papéis distribuídos. Uma vez detectados os mecanismos mais gerais de funcionamento do grupo, ficaria postulada a infinita variação que os modelos abstratos assumem nos casos singulares. Em outras palavras, cada grupo constituiria um caso específico. Sabemos que os imperativos gerais do grupo, suas necessidades e suas fantasias inconscientes básicas regem o padrão de distribuição de papéis. Mas quem, dentro do grupo, irá representar as diversas dimensões conscientes e inconscientes envolvidas nesse processo torna-se um fenômeno não preditível, uma vez que depende das personalidades em jogo.

Em nossas observações sobre famílias de diversos segmentos sociais, fomos levados a rever muitos aspectos ligados à distribuição de papéis. Muito provavelmente, a família difere dos outros grupos precisamente pela possibilidade que têm de "criar" as personalidades propícias para o desempenho dos papéis.

Nas famílias operárias, onde a crença básica reside numa melhora das condições de vida material futura, os indivíduos que representam a "melhor parte" da família são justamente os últimos a nascer. Tudo se passa como se o sonho para o futuro encontrasse neles o começo de sua realização: os menores representam o futuro da família. Evidentemente, a viabilização da fantasia sobre o futuro nesses membros mais jovens depende igualmente do fato de estar alterada, no momento de seu nascimento, a proporção entre "protetores" e "protegidos" na família, com o auxílio proveniente dos recursos dos filhos mais velhos (Rodrigues, 1980). Queremos salientar que a personalidade "propícia" ou não dos filhos

mais jovens é um fator que não se faz necessário nessa explicação.

O próprio tamanho do grupo familiar está incluído na estratégia, refletido no número de filhos típico de certos segmentos sociais e nos agrupamentos domiciliares, que acrescentam membros da família extensa ou do círculo de amizades, comuns a outros grupos sociais. Assim, como procuramos mostrar em nossa comparação entre operários e funcionários, já citada, naqueles segmentos onde a dicotomia mais importante e que marca as posições de protetores e protegidos é o par adulto-criança, o número de filhos é muito reduzido e a tática de agrupamento domiciliar opera no sentido de aumentar a proporção de adultos em cada unidade doméstica. Entre os operários, onde a dicotomia mulher-homem é muito significativa e as crianças são alocadas em papéis que duplicam os maternos e paternos assim que possível (a partir geralmente dos oito anos de idade), encontramos outro divisor de águas, que consiste na atribuição de comportamentos protetores aos filhos mais velhos e de protegidos aos mais moços.

Na discussão da política interna da família, cumpre discriminar entre a luta pelo poder, isto é, pela possibilidade de um indivíduo ascender à posição que permite a tomada de decisões e a trama que se estabelece em torno da distribuição dos privilégios.

É muito discutível que a mulher "doméstica" não detenha nenhum tipo de poder em relação à sociedade como um todo pelo fato de estar "confinada ao lar". Ann Oakley (1974), ao discutir a *invisibilidade sociológica* da mulher, cita pesquisas nas quais ficou demonstrada a influência da mulher sobre o voto do marido, sua esfera de poder principalmente na área do consumo, etc. Reporta-se esta autora à distinção feita por Peter Worsley entre dois tipos de política. "Política I" refere-se ao "exercício da coerção em qualquer relacionamento. . . Visto deste ângulo, não existe algo como um tipo especial de comportamento denominado 'político'; existe apenas uma dimensão política do comportamento. . . O campo da 'Política II' é muito mais estreito. Está relacionado com a máquina governamental, com a administração do Estado e dos partidos políticos". "A análise sociológica do poder está convencionalmente ligada à análise da estratificação social, que é orientada para o homem, e à análise das instituições formais, como o governo. Essa linha de pensamento pressupõe que existe apenas um tipo de poder. Assim, a atenção desvia-se de outra variedade: o poder informal ou inarticulado. Esse tipo é mais freqüentemente exercido em locais privados do que nos públicos; o conceito de 'autoridade legítima' tende a ser irrelevante para ele, e ele é menos visível e menos facilmente acessível às análises sociológicas" (Oakley, 1974). Ann Oakley lembra ainda o trabalho de Gluckman (apud Oakley, 1974) que salienta as funções da fofoca, entre elas a "unificação e afirmação dos valores comunitários, o controle de indivíduos e cliques ambiciosos na sociedade, a seleção de líderes, a manutenção da exclusividade do grupo".

Mas o poder que nos interessa trazer à baila é o poder doméstico, do qual o materno é apenas uma parte. Esse é o âmbito do feminino. Evocando, como faz Ann

Oakley, a linguagem popular, a mulher é a "rainha do lar". Segundo a autora, "as classificações e as distinções conceituais da sociologia da família e do casamento não são apropriadas para a perspectiva feminina. Essas são as áreas nas quais a sexualidade, a reprodução, a socialização das crianças e o trabalho doméstico têm lugar, embora raramente uma distinção adequada seja feita entre os quatro tipos de experiência. A linguagem popular sabe que os quatro temas estão combinados de maneira muito imperfeita na família: 'as crianças são a ruína do casamento', 'o sexo e a vida familiar não andam bem juntos', etc. Existe a necessidade de fazer esse tipo de distinção também na Sociologia" (Oakley, 1974). Ao falar da fofoca feminina, afirma que "quando as oportunidades para controlar situações e acontecimentos num sentido mais organizado estão bloqueadas — como no caso da mulher 'doméstica' — é lógico assumir que o poder de exercer controle por meio da fofoca torna-se relativamente mais importante para a mulher do que para o homem" (Oakley, 1974).

Nós usáramos ir mais longe; além do campo onde se dá a sexualidade, a procriação, a socialização das crianças e o trabalho doméstico, e do único local de onde pode lançar alguma influência sobre o mundo que a cerca, a mulher tem na sua casa a única arena onde todas as dimensões de sua personalidade, sua ambição, vaidade, sede de poder, satisfação dos mais diversos tipos de necessidades, e mais os mecanismos compensatórios em relação à sua marginalização social são desenvolvidos.

Como vemos, a discussão sobre a divisão do poder entre marido e mulher implica inúmeras dimensões e tem sido objeto dos estudiosos da família. O aspecto que mais nos interessa neste trabalho se refere à distribuição dos privilégios feita pelos detentores do poder.

Quais os mecanismos pelos quais se instaura, numa família, a discriminação entre os filhos "melhores" e "piores", os merecedores do usufruto de toda a produção do grupo e os que têm a "obrigação" de suprir as necessidades dos outros às custas da frustração de suas próprias?

Não pretendemos entrar na discussão sobre o sentido causal na determinação da dinâmica da distribuição de privilégios na família. Se, por um lado, é possível postular que ela é apenas um reflexo de uma sociedade capitalista, enquanto um tipo de sociedade de exploração, pode-se avançar, por outro lado, a afirmação de que essa dinâmica, própria da formação dos grupos, que encontramos na família, está presente também na sociedade capitalista como um todo.

Nossas investigações empíricas levam-nos a algumas hipóteses sobre os processos pelos quais o privilégio se instaura e se legitima dentro da família. Há, no interior do grupo familiar, um ou mais indivíduos alocados para o desempenho das tarefas mais árduas. Os membros que vivem essa situação variam nas famílias de diferentes segmentos sociais. Entre operários, migrantes rurais com grande número de filhos, esse papel recai principalmente sobre as filhas mais velhas. Realizam geralmente tarefas isentas de qualquer significado simbólico, "produzem" com a utilização pura e simples do corpo tarefas sem especialização. Outros membros da família terão o domí-

nio dessa "máquina" de produzir trabalho, que são as pessoas menos voltadas para a percepção de suas próprias necessidades individuais. A mãe transfere para essas filhas as partes menos desejáveis de seu estigma feminino mas não repassa todas as dimensões da feminilidade. Por exemplo, a gratidão e o amor dos filhos "protegidos" continuam a ser dirigidos para a mãe, a sexualidade e a maternidade serão para sempre suas prerrogativas. Muitas vezes, a mãe duplica as piores tarefas "maternas" para uma e certos deveres "paternos" para outra das filhas mais velhas. Essa constelação lembra-nos a criação do formigueiro, onde os primeiros a nascer são assexuados e dividem-se em dois tipos: as operárias, que cuidam do interior do formigueiro, e os soldados, que zelam pelas transações de fronteira entre o formigueiro e o ambiente externo.

Ao analisarmos o material proveniente de entrevistas em profundidade dessas mulheres, pareceu-nos tarefa prioritária tentar compreender de que maneira elas vivem e explicam para si mesmas as situações de flagrante injustiça de que são vítimas.

No conjunto de representações produzido pela família, "no corpo de mitos" em que se assentam todas as famílias, e em cuja criação a mãe tem um papel muito ativo, as contribuições dos indivíduos totalmente apropriados pelos demais são contínua e reiteradamente minimizadas. Encontramos os mais diversos tipos de "correção" sobre os dados objetivos, que visam, muitas vezes, não só negar os feitos desses membros da família como atribuí-los a outrem. Esse tipo de correção é a mais utilizada no reforçamento da fronteira entre o masculino e o feminino. As tarefas "masculinas" realizadas pelas filhas serão geralmente atribuídas aos filhos masculinos. As dimensões femininas valorizadas dividem-se entre a mãe e as filhas mais jovens. O componente simbólico desempenha importante papel nesse deslocamento. Os privilégios de que gozam os mais moços levam-nos a estudar, ter amigos, "programas", etc. Num segundo momento, essas "virtudes" são cultuadas e supervalorizadas pelo grupo familiar e concorrem para a maior desvalorização dos "produtores que não possuem tais 'dons'². O próprio indivíduo desvalorizado não vê em si mesmo sequer a potencialidade de apropriar-se dessas prerrogativas; parece ter, desde sempre, projetado os melhores aspectos de sua própria personalidade nos outros e vivido essas dimensões através deles.

² Como salienta Pierre Bourdieu, existe uma "amnésia da gênese": os privilégios de classe são retraduzidos em termos de "dons" individuais e, portanto, "naturais".

³ Colusão — acordo inconsciente, entre dois ou mais indivíduos, no que se refere às projeções e introjeções. Por exemplo, uma pessoa absorve aquilo que outra projetou sobre ela. Todos esses processos (projeção — introjeção — colusão) são inconscientes.

As enfermeiras de baixa qualificação estudadas por Izabel Menzies (1970) tendiam a admitir em si mesmas as características negativas de que as acusavam (incompetência, irresponsabilidade, etc). Segundo a autora, as queixas contra elas derivaram de um "sistema colusivo"³ de negação, fragmentação e projeção culturalmente aceitável, ou mesmo culturalmente exigido, das enfermeiras".

Quer nos parecer que a desvalorização a que são submetidas leva essas mulheres à culpabilidade e a um conseqüente incremento de seu volume de trabalho e de dedicação aos demais. Chegam a perder totalmente a capacidade de viver sua própria vida e a necessitar daquelas que as exploram ainda mais do que esses necessitam delas, uma vez que sua única possibilidade de viver as partes boas e prazerosas de si mesmas se dá por meio da identificação projetiva, isto é, pela oportunidade de viver através de outras pessoas os aspectos projetados nelas.

Se aceitamos a hipótese de que a distribuição de privilégios pressupõe um jogo contínuo de projeções e introjeções desde o nascimento, somos levados a crer que ela se torna legítima, ou, mais que isso, "natural", uma vez que os indivíduos acabam de fato se transformando nos "tipos" humanos criados pela dinâmica global, através da perda, por projeção, de certas partes da personalidade e da aquisição, através da introjeção, de outras partes.

Na verdade, nesses casos, a família proporciona a seus membros as primeiras experiências de um poder altamente injusto visto como "natural", isto é, a vivência da condição de justificadamente dominados para alguns e de legitimamente dominadores para outros de seus membros.

Entre todas as configurações de distribuição de privilégios que encontramos nos diferentes tipos de família nos três segmentos sociais que pesquisamos, essa é a que podemos entender um pouco melhor. Detivemo-nos nessa análise à guisa de exemplo, a fim de fornecer algumas indicações sobre possíveis caminhos a serem explorados nesse tipo de preocupação. Ainda mais, para demonstrar que é possível recuperar o nível individual, desde que outros tipos de variáveis sejam postas em relevo. Embora a apreensão dessa dinâmica só tenha se tornado possível mediante uma metodologia especial numa pesquisa qualitativa, é possível imaginar que a partir de uma nova estrutura conceitual seja factível investigar as regularidades objetivas através de procedimentos que nos informem mais consistentemente acerca da representatividade dos modelos que pudemos apreender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMAN, Nathan W. *Psicoterapia de la familia neurótica*. Buenos Aires, Hormé, 1969.

BION, W.R. *Experiencias en grupos*. Buenos Aires, Paidós, 1963.

COOPER, David. *La muerte de la familia*. 3ª ed. Buenos Aires, Paidós, 1974.

GRINBERG, L. et alii. *El grupo psicologico*. Buenos Aires, s.c.p., 1959.

JELIN, Elizabeth. La mujer y el mercado de trabajo urbano. *Estudios Cedes*, Buenos Aires, 1 (6) 1978.

MENZIES, Izabel. *The functioning of organization as social systems or defense against anxiety*. Londres, Tavistock Institute of Human Relations, 1970.

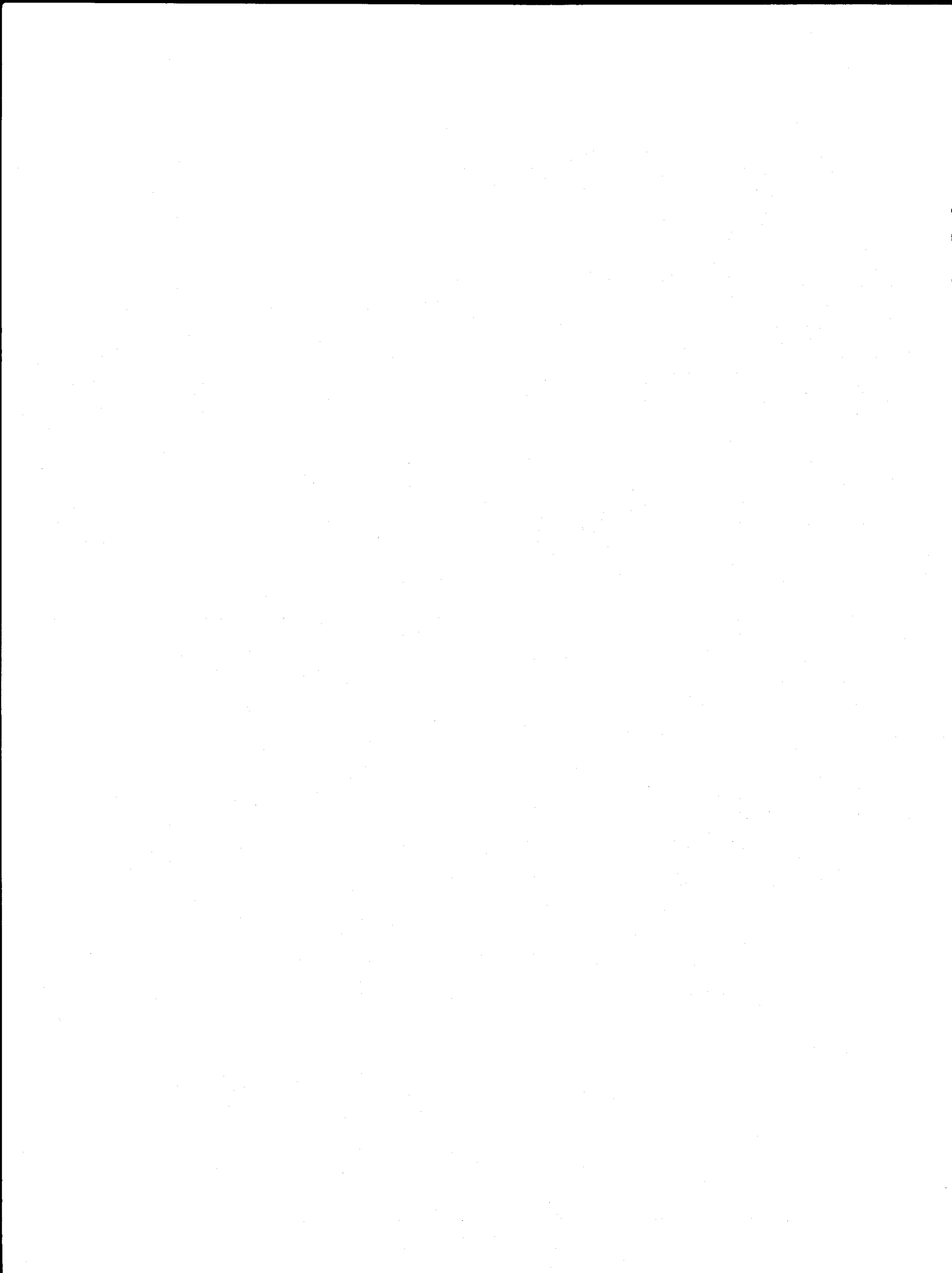
OAKLEY, Ann. *The sociology of housework*. Londres, Martin Robertson, 1974.

RODRIGUES, Arakcy Martins. O padrão de distribuição de papéis em famílias operárias. In: SEMINÁRIO A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO DA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.

_____. Mulher e família entre operários e funcionários públicos: uma comparação. *Revista de Administração de Empresas*, Fundação Getúlio Vargas, 20 (2) abr./jun. 1980.

SALEM, Tania. *O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis, Vozes, 1980.

WINNICOTT, D.W. *La familia y el desarrollo del individuo*. Buenos Aires, Hormé, 1967.



A OUTRA PESQUISA



FOTO: COLEÇÃO MIRIAM L. MOREIRA LEITE

As imagens são um bom caminho para se conhecer como as famílias têm sido representadas. A iconografia é um recurso que pode ser utilizado pelo pesquisador atento, preocupado em nela desvendar as famílias através da História e em várias configurações sociais.

Ariès, historiador francês, foi o pioneiro da pesquisa iconográfica. Em estudo sobre a criança e a família no antigo Regime ele mostra, através da análise de imagens, as transformações ocorridas na família e a emergência da infância como categoria social. Ariès, Philippe, *História Social da Criança e da Família*, Rio, Zahar, 1977.

Uma primeira utilização da iconografia sobre a família, no Brasil, data de uma exposição realizada no MASP – Museu de Arte de São Paulo – apresentada e comentada em "O novo álbum da família paulista do século passado" *O Estado de São Paulo*, 29/09/1971, 162 fotos, organizado por: Maureen Bisiliat, Jorge Love e Claudia Andujar.

FOTO: COLEÇÃO MIRIAM L. MOREIRA LEITE



FOTO: GLÓRIA JAFET



FOTO: COLEÇÃO MIRIAM L. MOREIRA LEITE

FOTO: GLÓRIA JAFET



FOTO: COLEÇÃO MIRIAM L. MOREIRA LEITE



FOTO: GLÓRIA JAFET



FOTO: GLÓRIA JAFET

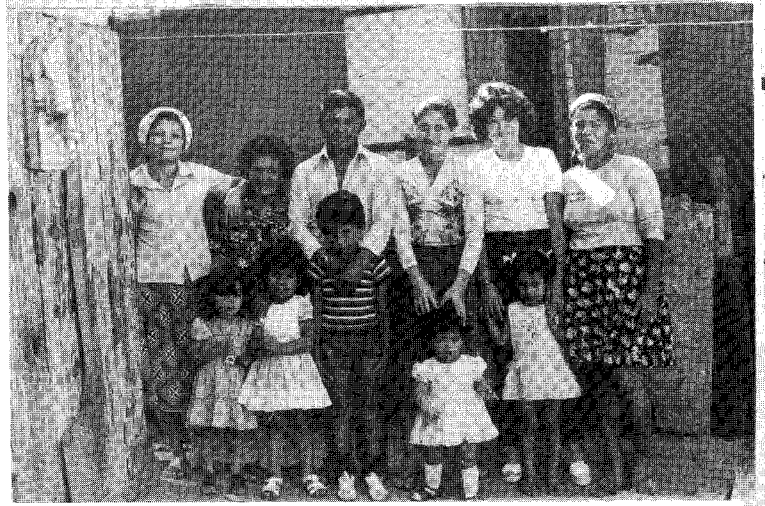


FOTO: COLEÇÃO MIRIAM L. MOREIRA LEITE



FOTO: COLEÇÃO HILDA BRUSCHINI



“Ele faz o noivo correto
E ela faz que quase desmaia
Vão viver sob o mesmo teto
Até que a casa caia
Até que a casa caia

Ele é o empregado discreto
Ela engoma o seu colarinho
Vão viver sob o mesmo teto
Até explodir o ninho
Até explodir o ninho

Ele faz o macho irrequieto
E ela faz crianças de monte
Vão viver sob o mesmo teto
Até secar a fonte
Até secar a fonte

Ele é o funcionário completo
E ela aprende a fazer suspiros
Vão viver sob o mesmo teto
Até trocarem tiros
Até trocarem tiros

Ele tem um caso secreto
Ela diz que não sai dos trilhos
Vão viver sob o mesmo teto
Até casarem os filhos
Até casarem os filhos

Ele fala de cianureto
E ela sonha com formicida
Vão viver sob o mesmo teto
Até que alguém decida
Até que alguém decida

Ele tem um velho projeto
Ela tem um monte de estrias
Vão viver sob o mesmo teto
Até o fim dos dias
Até o fim dos dias

Ele às vezes cede um afeto
Ela só se despe no escuro
Vão viver sob o mesmo teto
Até um breve futuro
Até um breve futuro

Ela esquenta a papa do neto
E ele quase que fez fortuna
Vão viver sob o mesmo teto
Até que a morte os una
Até que a morte os una”

**O CASAMENTO
DOS PEQUENOS BURGUESES**

Alcione e Chico Buarque
ÓPERA DO MALANDRO



FOTO: COLEÇÃO MIRIAM L. MOREIRA LEITE

FOTO: CAMILA BUTCHER

